

diálogos

no espaço democrático

**Projeto de EDUCAÇÃO DOMICILIAR
ameaça o esforço do Brasil para
colocar as crianças na escola**



Conversa com

ALEXANDRE SCHNEIDER

Educador, pesquisador, ex-secretário
Municipal de Educação em SP

e

HUBERT ALQUÉRES

Educador, membro do
Conselho Estadual de Educação de SP



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

“A CRIANÇA TEM DIREITOS QUE SÃO DELA E OS PAIS NÃO PODEM USURPAR”

O Brasil fez um grande esforço, ao longo de governos de vários partidos, para colocar suas crianças na escola: construiu leis para obrigar os pais a matriculem seus filhos, contra o trabalho infantil, e fez até um programa de transferência de renda condicionada, o Bolsa Família, para garantir o acesso à escola. Todo esse trabalho corre o risco de ruir com o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta o ensino doméstico – que se popularizou no Brasil como *home schooling*, forma como é chamado em inglês.

A opinião é de dois educadores, **Alexandre Schneider** e **Hubert Alquéres**, entrevistados no programa “*Diálogos no Espaço Democrático*”, produzido em julho de 2021 pela fundação do PSD e disponível em seu canal de Youtube (<https://youtu.be/80YmpPlxEyQ>)

Para Schneider, a família tem papel muito importante na educação, mas não exclusivo: “A escola é um espaço de colaboração, de criação de laços, de coesão social e deve ser frequentada por todos”. Alquéres lembra que a criança tem direitos que são dela e os pais não podem usurpar. “Quando um pai escolhe que é melhor para o seu filho não conhecer, por exemplo, a teoria darwinista, entra em um direito que não é dele, é intrínseco da própria criança”.

Esta é a íntegra daquele diálogo no Espaço Democrático.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO - Olá. Estamos iniciando mais um programa Diálogos no Espaço Democrático, que é feito para discussão e análise dos mais diversos temas da atualidade, especialmente os problemas brasileiros. O nosso tema de hoje é o chamado *home schooling*, ou ensino em casa. A questão é a seguinte: o Brasil deve ter educação domiciliar ou essa é uma má ideia? Para conversar conosco sobre esse tema temos como convidados os professores Alexandre Schneider e Hubert Alquéres.

Schneider é presidente do Instituto Singularidades, pesquisador do Laboratório de Tecnologias e Aprendizagem Transformadora da Universidade de Columbia, em Nova York, onde foi professor adjunto. Também pesquisador do Centro de Economia e Política do Setor Público da FGV, a Fundação Getúlio Vargas, Alexandre Schneider foi secretário de Educação no município de São Paulo. Alexandre, bem-vindo ao Espaço Democrático.

ALEXANDRE SCHNEIDER - Olá, Rondino, muito obrigado pelo convite. Obrigado à Fundação Espaço Democrático. É um prazer estar aqui com vocês e especialmente com o professor Hubert, um educador tão importante na vida do Brasil e de São Paulo. E especialmente para mim, que tive o prazer de ser seu aluno.

SÉRGIO RONDINO - O professor Hubert Alquéres é membro da Academia Paulista de Educação e do Conselho Estadual de Educação. Ele foi secretário adjunto da Educação no governo Mário Covas e professor do Colégio Bandeirantes e da Escola Politécnica da USP. Bem-vindo, professor Alquéres.

HUBERT ALQUÉRES - Muito obrigado pelo convite, Rondino, também estou muito feliz de estar encontrando o Alexandre para debater um tema que é tão importante para todo o Brasil, que é a educação.

E SÓ NO FINAL DE 2018 O STF SE REUNIU E CHEGOU A UMA CONCLUSÃO. COMO O STF TEM QUE ANALISAR A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, CHEGOU À CONCLUSÃO DE QUE EM NENHUM MOMENTO A NOSSA CONSTITUIÇÃO NEGA A POSSIBILIDADE DO ENSINO DOMICILIAR; ISSO NÃO ESTÁ EXPRESSO NA NOSSA CONSTITUIÇÃO. E O SUPREMO, ENTÃO, DECIDIU QUE PODE HAVER EDUCAÇÃO DOMICILIAR.

Hubert Alquéres

SÉRGIO RONDINO - Participam comigo deste diálogo o cientista político Rogério Schmitt, o sociólogo Tulio Kahn - ambos consultores do Espaço Democrático - e a secretária nacional do PSD Mulher e da fundação Espaço Democrático, Ivani Boscolo.

Eu acho necessário começar com um pequeno be-a-bá, antes de nos aprofundarmos no tema, para explicar o que é, afinal de contas, *home schooling*, educação domiciliar, e como esse assunto surgiu no Brasil. Quem quer responder? Hubert?



HUBERT ALQUÉRES - Essa questão da educação domiciliar, que atualmente tem sido tão debatida no Brasil, começa em 2012, no município de Canela, no Rio Grande do Sul, onde uma família não concordou com o ensino dado na escola da sua filha. A escola estava desenvolvendo a teoria darwinista e a família não concordava, preferia ensinar para a filha que o homem veio de Adão e Eva, a teoria criacionista. Essa família pediu para a Secretaria de Educação de Canela liberar a criança da escola para que pudesse ser educada em casa.

A educação domiciliar é muito simples: é a criança ficar em casa e aprender tudo o que precisa para a vida com os seus parentes. Eventualmente, com a ajuda de algum professor particular, alguma coisa assim. Mas não precisa ir para a escola. O que aconteceu? A Prefeitura negou, disse que a criança tinha que ir para a escola. A família recorreu ao Tri-



bunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que também negou, afirmando que a criança tinha que ir para a escola. E aí a família recorreu ao Supremo Tribunal Federal. E só no final de 2018 o STF se reuniu e chegou a uma conclusão. Como o STF tem que analisar a Constituição brasileira, chegou à conclusão de que em nenhum momento a nossa Constituição nega a possibilidade do ensino domiciliar; isso não está expresso na nossa Constituição. E o Supremo, então, decidiu que pode haver educação domiciliar.

Mas criou uma condição: para que isso aconteça, é preciso que exista uma lei regulamentando, não pode ser ao deus dará, de qualquer forma, da maneira como as famílias bem entenderem. Até porque isso poderia trazer distorções muito grandes. Então, o STF decidiu o seguinte: não é vedado na Constituição, portanto é constitucional, mas para que ocorra é preciso que exista uma lei. E o Supremo deixa claro que essa lei precisa ser feita em nível nacional, aprovada pelo Congresso Nacional. Então, Estados e municípios que queiram liberar e fazer uma lei, não podem. Têm que esperar primeiro uma lei do Congresso Nacional. E depois os Estados e municípios, os conselhos estaduais, municipais, podem ir complementando a lei nacional. É esse o momento que nós estamos vivendo. O Supremo declarou constitucional e o Congresso vai precisar editar uma lei para regulamentar a questão.

ROGÉRIO SCHMITT - Vou fazer uma pergunta para o Alexandre Schneider. Você não acha que essa discussão do ensino domiciliar está muito polarizada, em termos ideológicos mesmo, dos dois lados? Tanto os críticos quanto os defensores do *home schooling*, da educação domiciliar. Você não acha que a educação domiciliar poderia ser vista somente como uma escolha a mais para as famílias que assim desejassem educar os seus filhos, e nesse sentido, portanto, teria uma fundamentação liberal? Queria te ouvir um pouco sobre isso.



ALEXANDRE SCHNEIDER - Eu acho que o debate não está ideologizado, mas a decisão de colocar esse debate vem de uma ideologia, de um desejo e uma crença de que essa alternativa deve ser colocada aos pais. De onde vem a discussão do *home schooling*? Na verdade - e quando a gente fala de liberalismo volta um pouco no tempo - a escola pública laica, universal, é uma invenção da democracia liberal. Ela vem com a democracia liberal. A questão do *home schooling* vem de dois campos que teoricamente parecem opostos, e que são ideologicamente opostos: de um lado, um campo muito conservador, que entende que a educação dos seus filhos deve ser feita exclusivamente pela família, que cabe à família educar. E um outro campo que tem conservadores e libertários, que é antiestado, que imaginam que os seus filhos não devem estar na escola, devem ser educados de outra forma porque a escola é uma representação do Estado.

São dois campos bastante distintos. O governo federal coloca essa discussão porque está, obviamente, vinculado a esse campo mais conservador. Eu entendo, e aí é uma posição de quem vive a educação, que a família tem um papel muito importante na educação das crianças e dos jovens,



mas não exclusivo. É importante que o espaço da escola, que é o espaço de colaboração, de criação de laços, de coesão social, seja frequentado por todos, e que a família tenha, sim, um papel importante na construção dos valores dessa criança, desse jovem. Isso sempre vai acontecer. Sempre foi assim. Portanto, acho que existe uma questão ideológica, sim, mas especificamente, acho que por conta do atual governo, que diante de tantos problemas que a gente tem na educação do Brasil, especialmente na pandemia, resolveu escolher a questão do *home schooling*, que atinge hoje um número muito pequeno de famílias e de interessados.

HUBERT ALQUÉRES - Só para complementar, Alexandre, se você me permitir. O que acontece também, Rogério, é o seguinte: nessa questão de ser liberal, na qual a família escolhe o que é melhor para o seu filho, a gente tem que ver o lado da criança, que ela tem direitos que são dela e que os pais eventualmente não podem usurpar. E eu acho que cada um tem que escolher o que acha que é melhor para a sua vida e para o seu filho. Mas quando você acha que é melhor para o seu filho não conhecer, por exemplo, a teoria darwinista, você começa a entrar em um direito que não é mais seu, mas um direito intrínseco da própria criança. A gente vive hoje um debate muito grande sobre as vacinas. A vacina é algo também que se presta a esse tipo de debate. Eu posso escolher não ser vacinado? No mundo liberal, eu tenho essa opção? E isso não afeta a sociedade, não afeta as outras pessoas? Então, acho que tem que ter limites. Agora, a decisão do STF, de uma certa forma, responde a isso. Ela diz: "Pode ter, a Constituição não veda. Mas você tem que ter parâmetros mínimos. Tem que ter uma regra mínima para que isso possa acontecer". E aí as famílias não podem invadir o direito que, na verdade, é intrínseco da criança.



IVANI BOSCOLO - Eu não sou a favor do *home schooling* por entender a importância que é para o desenvolvimento e formação da criança e do adolescente a interação com a escola, com os professores, com os colegas, com o ambiente escolar. Porém, reconheço que existem casos, como crianças sem condição de locomoção, famílias itinerantes, como por exemplo famílias circenses, famílias de velejadores, que não têm condições de colocar a criança em uma escola. Seria possível a criação de uma regulamentação para casos bem específicos como esses?

ALEXANDRE SCHNEIDER - Olha, eu acho que os casos específicos, como o próprio nome diz, devem ser estudados pela Secretaria de Educação à qual essa criança está vinculada. Mas, a princípio, o ideal é que a escola chegue até a criança. Para isso existe uma série de programas. Temos escolas rurais no Brasil, transporte escolar, exatamente para essas crianças que estão em localidades mais distantes. Crianças itinerantes têm direito à matrícula em escolas quando elas mudam de cidade.

 A PRINCÍPIO, O IDEAL É QUE A ESCOLA CHEGUE ATÉ A CRIANÇA. PARA ISSO EXISTE UMA SÉRIE DE PROGRAMAS. TEMOS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL, TRANSPORTE ESCOLAR, EXATAMENTE PARA ESSAS CRIANÇAS QUE ESTÃO EM LOCALIDADES MAIS DISTANTES. CRIANÇAS ITINERANTES TÊM DIREITO À MATRÍCULA EM ESCOLAS QUANDO ELAS MUDAM DE CIDADE. 

Alexandre Schneider

Aliás, em cidades grandes como São Paulo - o Hubert conhece bem, comandou a rede estadual de São Paulo - há muita migração interna e a criança muda de escola, muitas vezes muda de uma escola pública para uma particular, de uma cidade para outra, de uma rede municipal para uma estadual. Isso tudo, obviamente, interfere no dia a dia da criança. Ou há crianças que mudam de Estado. A gente está falando de um número muito grande de crianças e adolescentes que estudam no Brasil. Então, acho que casos muito específicos podem ser analisados, mas não precisam de uma regulamentação específica para cada um deles.

HUBERT ALQUÉRES - E muitas dessas situações já existem, não é, Alexandre? Por exemplo, o menino que tem um problema de saúde e precisa ficar internado durante muito tempo, ou ficar em casa. Existe toda uma legislação que ampara esse tipo de situação para que ele não perca o ritmo dos estudos, os anos que ele tem que ir progredindo no seu aprendizado. Famílias velejadoras também hoje têm uma série de técnicas, inclusive de ensino remoto, com envio de apostilas, enfim. Não é disso que se trata. O que hoje está se reivindicando é que a família fique - durante oito, nove, doze anos do processo de escolarização da criança e do jovem - com o todo desse processo. E é isso que a gente precisa regulamentar do ponto de vista da autorização - precisa ser autorizado por alguém; precisa ser feita uma supervisão; e precisa ser feita uma avaliação. Temos que avaliar se a criança está aprendendo mesmo ou não. A criança pode ficar em casa sem fazer nada, pode ir para o trabalho, pode virar um trabalhador. Para se ter ideia, hoje, na regulamentação do Bolsa-Família, para que a família continue recebendo ela precisa comprovar que a criança está indo à escola. Se for aprovado o *home schooling* de qualquer forma, o que vai acontecer? A família

está lá na região rural, por exemplo, não precisa mais mandar a criança para lugar nenhum. E não vai precisar comprovar que a criança está indo em uma escola, está aprendendo.



ROGÉRIO SCHMITT - Desta vez vou dirigir a pergunta para o Hubert. Esse julgamento do Supremo, como você bem lembrou, antecede a eleição do atual governo. É de setembro de 2018. Então, mostra que é um tema que não necessariamente precisa ter aderência a um governo específico. Mas a minha pergunta é a seguinte: existe um projeto na Câmara dos Deputados, com relatora designada, que está tramitando ainda na fase de comissões, que pretende regulamentar a educação domiciliar. E esse projeto prevê a supervisão e a avaliação periódica da aprendizagem dos alunos que porventura estejam nesse sistema de ensino pelo poder público. Ou seja, a Base Nacional Curricular Comum teria que ser considerada pelas famílias que utilizassem a educação domiciliar. O que você acha? É possível encontrar um consenso sobre esse tema mais ou menos nesses termos? "Olha, os pais têm responsabilidade, mas têm que seguir as diretrizes pedagógicas do MEC", etc.

HUBERT ALQUÉRES - A série *The Crown*, que conta a história da rainha Elizabeth II, tem um episódio muito interessante. Alguém pergunta sobre

algum conhecimento de geografia para Elizabeth. E ela fala: "Eu não estudei isso". A pessoa estranha e ela diz: "Eu estudei em casa, com tutores, não fui para a escola. E quando eu estava na minha casa estudando, os meus pais achavam que o importante, para mim, eram regras de etiqueta, regras de pratos, de comida, de talheres... Então, eu não aprendi nada disso de geografia". É genial, não é? Porque é a nobreza inglesa, que sempre teve *home schooling*, teve ensino domiciliar. Mas a partir dos filhos da Elizabeth II, todas as gerações foram para a escola, estudaram em grandes escolas, como Eaton, College, enfim... O que acontece é que é preciso uma base curricular comum. A família não pode ensinar o que ela bem entende para a criança. Você tem que ter os parâmetros mínimos do que ensinar.

Aqui em São Paulo, o Conselho Estadual da Educação fez uma indicação exatamente para ser enviada ao Congresso Nacional como uma contribuição desses parâmetros mínimos. O primeiro deles é que realmente a criança, mesmo que seja educada por seus pais, esteja matriculada em uma escola formal, para você criar o vínculo com uma escola. A segunda é que ela passe por avaliações, e essas avaliações vão medir exatamente se ela está recebendo a educação dentro dos parâmetros curriculares mínimos. Então, acho que nessa lei sobre a qual o Congresso Nacional está se debruçando, Rogério, é muito importante que se estabeleça essas questões mínimas, para que a gente possa garantir o mínimo de qualidade desse ensino domiciliar. O pior dos mundos é deixar a família fazer o que bem entender, porque aí a gente vai ter distorções muito grandes. O que você acha, Alexandre?

ALEXANDRE SCHNEIDER - Eu acho que é isso mesmo. E aí a gente tem o grande desafio, que é o da classe de renda no Brasil. Quem tem condição de ensinar todas as disciplinas que estão na Base Nacional Comum Curricular, especialmente a partir

do Fundamental II e do Ensino Médio? Será que os pais e mães estão equipados para poder fazer isso? Mesmo que o pai seja um professor, ele vai parar de trabalhar para educar o seu filho quatro, cinco horas por dia, no mínimo? E vai ter esse conhecimento quase enciclopédico? Ou a gente está falando de uma lei que, eventualmente, se for bem regulamentada, como o professor acabou de colocar, vai ser uma lei para famílias que têm posses e que podem contratar professores tutores para dar conta de todos esses conteúdos? É uma discussão complexa porque o risco que a gente tem, no fundo, é tirar a criança da escola, mais do que possibilitar com que ela aprenda em casa. E esse é o grande problema dessa questão hoje, no meu entendimento.

SÉRGIO RONDINO - Bom, se a minha valorosa mãe quisesse fazer *home schooling* comigo, seria um fracasso total, porque ela me punha para estudar e eu pulava a janela e ia jogar futebol na rua. Então, no meu caso acho que seria um pouco difícil. Mas a pergunta agora é do sociólogo Tulio Kahn, que é especialista em segurança e quer tratar dessa vertente. Tulio, sua pergunta...



TULIO KAHN - O Brasil é um país que tem índices elevados de violência doméstica, de agressão sexual doméstica. Então, eu gostaria de saber, no caso da adoção do *home schooling*, que providên-

cias as autoridades poderiam tomar para verificar esses casos eventuais de abuso doméstico. Porque muitas vezes a escola acaba identificando esses casos de agressão, e outros casos, inclusive relacionados à saúde física e emocional da criança.

ALEXANDRE SCHNEIDER - Na escola, especialmente na escola pública, muitas vezes se identifica se a criança está sendo vítima de alguma violência ou se algum direito dela está sendo violado. É muito comum que os professores, ou alguém na escola, percebam que a criança está tendo um comportamento um pouco diferente, está um pouco mais calada, ou até aparece com algum sinal de ter sofrido algum tipo de violência física. Se a criança estiver em casa, pode ser vítima de algum tipo de violência, isso não é impossível de acontecer. Aliás, os números da pandemia mostram que a violência doméstica cresceu nesse período em que as crianças e os adolescentes estão em casa, seja ela contra a mulher, seja contra a criança. Portanto, um dos fatores que pode ser ampliado, caso haja permissão para que a criança não vá à escola, é ela ser vítima de violência e não haver nenhuma identificação de que isso está ocorrendo com ela. Isso é muito sério e muito grave.

ROGÉRIO SCHMITT - Quero tratar de um tema conexo à educação domiciliar. Em uma votação realizada agora em junho de 2021, na CCJ da Câmara, os deputados aprovaram, acho que por 35 votos contra 24, a admissibilidade de um outro projeto de lei que exclui a educação domiciliar da lista dos chamados crimes de abandono intelectual, que hoje estão previstos no Código Penal. Inclusive a bancada do PSD na CCJ acompanhou essa maioria. Esse ainda não é o projeto que regulamenta a educação domiciliar em si, mas eu queria ouvi-los sobre esse tema. A educação domiciliar poderia ser considerada, do jeito que está hoje, abandono intelectual?



HUBERT ALQUÉRES - Vou tomar a frente aqui, Alexandre, se me permitir, mas eu acho que esse é o pior dos mundos porque quando não criminalizamos, não responsabilizamos a família por estar tirando a criança da escola, entramos num limbo total. Você não obriga que se aprenda o currículo mínimo, não vincula a uma escola, não faz nenhum tipo de avaliação... Quando essa lei passa e diz que não é crime... Bom, se não é crime, todo mundo vai fazer, não tem problema, não vai ser punido. Eu acho que do jeito que ficou é o pior dos mundos. Eu, que era um pouco contra ficar fazendo essa regulamentação de forma açodada, hoje estou muito preocupado. Tem que fazer a regulamentação, o Congresso tem que se debruçar logo sobre isso porque, se não, o que vai acontecer é que, sem regulamentação, cada um vai fazer a loucura que decidir. E aqui eu quero lembrar, inclusive, uma declaração do nosso ministro da Educação, que diz que criança deve socializar na igreja, não precisa socializar na escola. O que abre, então, a possibilidade de que as crianças não sejam educadas nas escolas, e talvez também nem sejam nas suas casas. O que está se pretendendo é educar as crianças nas igrejas e eu não acho isso adequado num país que deve ter laicidade - o Estado laico deveria prevalecer e a gente não deveria sujeitar as crianças a esse tipo de situação.

ALEXANDRE SCHNEIDER - Quero concordar com as palavras do professor Hubert e complementar. Se olharmos toda a legislação educacional, que vem do período da redemocratização, Constituição, LDB, vamos ver que o País saldou uma dívida muito grande, que era o fato de a gente não ter criança na escola. Aí construímos uma legislação contra o trabalho infantil, uma legislação que obriga os pais a terem os filhos matriculados na escola, e faz com que eles possam ser punidos caso não estejam. Construímos uma legislação que obriga o Estado brasileiro, prefeituras e governos estaduais,

complementarmente à União, a colocar todas as crianças do Ensino Fundamental, na escola. Depois isso é ampliado para a pré-escola e o ensino médio. Construímos um programa que é o Bolsa-Escola, que depois é transformado no Bolsa-Família, que tem como uma das suas condicionantes a criança estar frequentando a escola. O País fez um esforço extraordinário para colocar as crianças na escola pública. E nesse momento a gente não pode correr o risco de desmontar isso e fazer com que a criança volte a trabalhar precocemente, sem poder estudar e sem poder construir o seu processo de desenvolvimento adequado.

Acho que uma regulamentação açodada do ensino domiciliar pode levar a isso. Essa nova regulamentação, que passou pela CCJ, no fundo foi uma disputa entre duas comissões, a de Educação e a de Constituição e Justiça, para ver quem mais rapidamente cedia ao que o governo estava pedindo, que era liberar o ensino domiciliar. Isso é péssimo, tira a responsabilidade da família e do Estado com a educação das nossas crianças



SÉRGIO RONDINO - Até complementando o que você está dizendo, Alexandre, lembro que recentemente fizemos uma entrevista com o professor

EU ACHO QUE ESSE É O PIOR DOS MUNDOS PORQUE QUANDO NÃO CRIMINALIZAMOS, NÃO RESPONSABILIZAMOS A FAMÍLIA POR ESTAR TIRANDO A CRIANÇA DA ESCOLA, ENTRAMOS NUM LIMBO TOTAL. VOCÊ NÃO OBRIGA QUE SE APRENDA O CURRÍCULO MÍNIMO, NÃO VINCULA A UMA ESCOLA, NÃO FAZ NENHUM TIPO DE AVALIAÇÃO... QUANDO ESSA LEI PASSA E DIZ QUE NÃO É CRIME... BOM, SE NÃO É CRIME, TODO MUNDO VAI FAZER, NÃO TEM PROBLEMA, NÃO VAI SER PUNIDO.

Hubert Alquéres

José Márcio Camargo, em que tratamos da questão da renda básica, e ele é adepto da renda básica condicionada. É um dos criadores, inclusive, do Bolsa-Escola. No sentido de que a educação infantil, especialmente de zero a seis anos, é fundamental para a redução da desigualdade no País. É o ponto de partida. Então, abrir mão disso parece algo absolutamente perigoso, não é? Eu peço a cada um de vocês que faça uma consideração final, antes de encerrar o programa.

ALEXANDRE SCHNEIDER - Quero agradecer mais uma vez o fato de estar aqui com o professor Hubert, que é uma pessoa que eu respeito, admiro e com quem eu sempre aprendo. E dizer que a discussão que a gente deveria estar fazendo hoje, no Brasil, é a de como acolher e fazer com que as crianças que ficaram tanto tempo fora da escola possam ter educação de qualidade, possam superar esse trauma que foi estar fora da escola. Acho que o ensino domiciliar atinge um número muito pequeno de pessoas e se for regulamentado de forma açodada pode derrubar, como a gente viu nesse debate, uma série de legislações e uma série de questões que foram construídas por governos de diversos partidos ao longo do tempo para manter a criança na escola. O desafio do País é manter a criança na escola aprendendo e a gente ainda não chegou lá. E acho que a gente não pode desviar desse rumo.

Em relação aos pequenos, vale lembrar o conselho de qualquer pediatra quando a criança tem alguma dificuldade no seu desenvolvimento motor ou da fala. Tem muita criança que acaba falando um pouco mais tarde. O que o pediatra diz? Coloca na escola que você vai ver que começa a falar rapidinho. E é isso que acontece. Portanto, a escola tem um papel fundamental e a gente tem que somar o papel da família ao papel da escola, não opor ambos, como muitas vezes essa discussão acaba colocando.



HUBERT ALQUÉRES - O Alexandre foi perfeito, é exatamente isso. E esse exemplo é muito importante porque uma criança, quando chega na escola, começa a observar os amigos, ver como os amigos se sentam, comem, riem. Vai criando uma série de aprendizados. E na família eventualmente não vai ter essa experiência de convívio e aprendizado. E eu gostaria de levar para uma outra questão, que é a educação, hoje. Para onde está indo o mundo? A gente fala muito da revolução tecnológica, das novas habilidades, do que se espera do indivíduo num mundo em que o trabalho vai ser totalmente diferente do que é hoje. As profissões serão diferentes. Então, o que se espera hoje das escolas? É

que ensinem para os alunos, além dos conteúdos, também habilidades como a convivência, o respeito, a argumentação, o espírito crítico. Que os estudantes possam desenvolver projetos juntos, em times, e resolver problemas e desafios de uma forma conjunta.

Isso tudo é na escola, não dá para imaginar que seja em casa ou na igreja. Nada contra a igreja, mas acho que são papéis diferentes, e a educação é um tema muito complexo, para profissionais muito capacitados. E como bem disse o Alexandre, o Brasil conseguiu universalizar o acesso. Hoje, todos estão nas escolas, nós temos uma legião de professores muito bem preparados, temos uma legislação



O PAÍS FEZ UM ESFORÇO EXTRAORDINÁRIO PARA COLOCAR AS CRIANÇAS NA ESCOLA PÚBLICA. E NESSE MOMENTO A GENTE NÃO PODE CORRER O RISCO DE DESMONTAR ISSO E FAZER COM QUE A CRIANÇA VOLTE A TRABALHAR PRECOCEMENTE, SEM PODER ESTUDAR E SEM PODER CONSTRUIR O SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ADEQUADO.

Alexandre Schneider



que ampara um ensino e um aprendizado muito modernos. Então, é um atraso gigantesco querer voltar isso tudo para trás. Como disse o Alexandre, a gente fez o esforço para pôr todo mundo na escola e vai fazer agora o esforço para tirar da escola e deixar em casa?

Mas esse foi um debate interessantíssimo. A fundação está prestando um serviço excelente para a sociedade quando coloca esses temas em discussão. Não somos aqui donos da verdade, mas eu acho que é muito importante uma reflexão aprofundada para a gente não correr o risco de jogar fora conquistas e modernidades. Os países desenvolvidos não estão brincando com essas coisas, não. As elites do mundo inteiro estão colocando as suas crianças e jovens nas melhores escolas e universidades. E a gente tem que lutar para isso no Brasil, para ter melhores escolas, melhores universidades, melhores professores.

SÉRGIO RONDINO - Eu acho que hoje aqui nós aprendemos muito com a participação de dois educadores dessa qualidade, que são o Alexandre Schneider e o Hubert Alquéres. Quero agradecer muito aos dois pela participação neste diálogo no Espaço Democrático. Agradeço também pela colaboração importante do Rogério Schmitt, da Ivani Boscolo e do Tulio Kahn. Obrigado a todos e até o próximo programa.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Antonio Anastasia Cláudio Lembo Georgiano Neto Otto Alencar Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Domingos Aguiar Neto Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Omar Aziz Robinson Faria Samuel Hanan</p>
---	---	--



www.espacodemocratico.org.br